

**PALAVRAS DO MAJOR-GENERAL HERMÍNIO MAIA, NO DIA 29 DE MAIO DE 2022, DIA DAS MISSÕES DE PAZ E HUMANITÁRIAS, EM BELÉM.**

Senhora Ministra da Defesa Nacional,  
Senhor Secretário de Estado da Defesa Nacional,  
Senhor General Chefe do Estado-Maior do Exército, em representação do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas,  
Senhor General Chefe de Estado-Maior da Força Aérea,  
Senhor Vice-Almirante Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada, em representação do Chefe do Estado-Maior da Armada  
Senhor Tenente-General Segundo Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, em representação do Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana  
Senhor General Presidente da Liga dos Combatentes,  
Senhores Almirantes, Meus Generais,  
Minhas Senhoras e meus Senhores,  
Combatentes,

Manter a paz e a segurança internacionais são propósitos dos Estados Membros da Organização das Nações Unidas, que dedica este dia aos capacetes azuis. Evocar a Paz tem hoje um significado extraordinariamente importante quando a Europa vive novamente os flagelos da guerra. Partilhar este momento, neste local, é algo de grande simbolismo e profunda emoção.

Falar de Operações de Paz e Humanitárias quando a guerra na Europa é uma realidade, parece um propósito contraditório.

O mundo acordou mais uma vez com o som e os horrores da guerra; a destruição do património cultural, o sofrimento e a morte indiscriminada de populações civis; um sentimento de insegurança, de medo e trauma de que as gerações atuais não tinham memória.

Mais uma vez um povo, desta vez o povo ucraniano, tem que lutar pela sua liberdade e independência, pela integridade do seu território, pelo “direito a escolher livremente o seu destino”.

Mais uma vez a segurança da Europa está em causa, provocando desequilíbrios sociais, económicos e de segurança, levantando receios de escalada para um conflito à escala regional ou mesmo mundial.

A agressão militar russa lançada no passado dia 24 de Fevereiro contra a Ucrânia é um choque para a generalidade da comunidade internacional.

Esta guerra é uma catástrofe para o mundo civilizado; muito particularmente para a União Europeia que é um projeto de paz e prosperidade nascido dos destroços da 2ª Guerra Mundial.

Estamos perante uma rotura estratégica, uma mudança de grandes proporções na arquitetura de segurança europeia. A União Europeia enfrenta o maior desafio no âmbito da segurança e Defesa desde a sua criação, que passa por um reforço da defesa coletiva e dos laços transatlânticos, através de uma efetiva cooperação com a NATO.

Parecendo um propósito contraditório, evocar neste momento o sacrifício do povo ucraniano pelo direito a decidir o seu futuro em liberdade é enaltecer o valor da Paz e o contributo abnegado de todos os combatentes que a constroem nos diversos teatros de operações.

Apesar dos esforços dos capacetes azuis nas operações de paz e humanitárias, a conflitualidade não diminui, contradizendo o espírito da Carta das Nações Unidas.

Mesmo sem quaisquer declarações de guerra, os conflitos multiplicam-se. Faz-se a guerra como se fosse algo normal, uma opção entre outras, uma forma de “continuação da política por outros meios”; o que ontem unia, hoje separa. O nosso mundo está tendencialmente mais inseguro. Vivemos há algumas décadas num equilíbrio instável entre a paz e o estado de guerra.

O que se passa na Ucrânia vem mostrar quão frágil é a nossa vizinhança a Leste, mas a situação a Sul também é muito preocupante, como sucede, na Líbia, na Somália ou no Mali.

A agressão da Rússia à Ucrânia não pode e não deve descurar as preocupações com África, muito particularmente a situação no Sahel que evolui transformando-se numa ameaça potencial para a Europa.

A conjugação de fatores demográficos com as alterações climáticas e consequente escassez de água e alimentos, agravam a débil situação económica e social e constituem um cocktail explosivo, explorado por movimentos terroristas.

A dificuldade dos governos locais em encontrarem respostas aos anseios dos povos tende a agravar-se e a ser explorada por alguns atores internacionais, que não estão interessados em resolver os problemas africanos, mas apenas explorar oportunisticamente e livremente os seus recursos naturais e ameaçar diretamente a estabilidade e segurança europeias.

Um continente africano estável é do maior interesse para a União Europeia e para Portugal.

Apesar da Política Comum de Segurança e Defesa da União Europeia ser relativamente recente, a União tem feito um caminho muito importante no apoio à Paz através de uma visão multissetorial para a resolução dos conflitos, privilegiando o multilateralismo em estreita coordenação com a Organização das Nações Unidas e apoiando Organizações Regionais como a União Africana.

Estes esforços têm-se traduzido em ações concretas, integrando vários instrumentos no âmbito político e diplomático, do apoio ao desenvolvimento e da ajuda humanitária e, sobretudo, através de missões civis e militares.

E Portugal tem tido um papel muito relevante, participando e liderando estas missões, como é o caso na República Centro Africana, do Mali e, mais recentemente, de Moçambique.

A Missão Militar de Treino em Moçambique, planeada e lançada durante a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, e comandada por um Oficial General português, constitui o exemplo mais recente do esforço nacional.

Portugal é hoje reconhecido como um país relevante para a paz e a segurança internacionais, atuando tanto no quadro bilateral como no âmbito das Organizações Internacionais que integra, com especial relevo para a Organização das Nações Unidas.

Nações Unidas que são essenciais para a consecução da Paz e da Segurança mundiais.

Contudo, são reconhecidas as limitações que têm revelado para resolver os conflitos atuais.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas é de uma forma geral bloqueado por agendas políticas unilaterais, obstrutoras da finalidade para que foi criado; a procura da Paz na Humanidade parece, por vezes, um objetivo secundário.

As Operações de Paz nos diferentes Teatros de Operações refletem esta situação. As Missões multiplicam-se exigindo cada vez mais recursos. Sejam das Nações Unidas, da União Europeia, da União Africana ou de outras organizações regionais, ou mesmo da NATO as Missões têm, de uma forma geral, dificuldades em alcançar resultados. Os mandatos prolongam-se sem que os objetivos sejam alcançados. O Médio Oriente, o Iraque, o Afeganistão, os Balcãs, a Somália ou o Mali são exemplos de quão difícil é encontrar uma saída com sucesso. Consequentemente, o instrumento militar utilizado em algumas destas missões é frequentemente questionado, sendo visto como fraco, como fracos são os mandatos, os conceitos de operações e as regras de empenhamento.

Os ambientes operacionais são hoje mais contestados e, por isso menos permissivos, apelando para mandatos mais robustos.

A noção de risco zero nas Operações de Paz e Humanitárias torna-se assim irrealista. Estas operações ocorrem em situações de segurança muito voláteis, características de ambientes operacionais pós-conflito, ou de quase conflito.

Há Missões de Paz em que as forças no terreno se vêm frequentemente envolvidas em situações perigosas quando têm que proteger populações civis ou garantir a integridade da força, correndo riscos semelhantes aos dos ambientes de guerra. É o caso da nossa Força de Reação Rápida na Missão de Estabilização das Nações Unidas na República Centro Africana, MINUSCA. Esta Força opera sob um mandato de manutenção da Paz e, contudo, tem com frequência sido envolvida em operações típicas de conflitos de alta intensidade.

É também o caso de algumas missões no âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa da União Europeia que são planeadas e comandadas em Bruxelas. Os nossos militares na Somália, Mali, Burkina Faso e Níger encontram-se, frequentemente, em ambiente operacional não permissivo de alto risco. A ameaça de engenhos explosivos improvisados, fogos diretos e indiretos sucede com frequência em Mogadíscio, na Somália, atingindo infraestruturas e forças da Missão; e as nossas bases em Koulikoro e Bamako, no Mali, foram alvo de ataques terroristas.

É extremamente importante reconhecer e enaltecer publicamente o desempenho dos nossos compatriotas nestas missões, e dos seus camaradas de armas de outros Estados Membros e Parceiros da União Europeia que, procurando a Paz, são por vezes confrontados com situações típicas de campanha, atuando com abnegação e valentia e pondo frequentemente em perigo a sua vida.

O conhecimento do ambiente operacional em que estes homens e mulheres operam e a ameaça que por vezes enfrentam, ajudam a perceber a importância do equipamento de proteção pessoal, do armamento atualizado com o adequado poder de fogo, das capacidades de comando e controlo, de mobilidade e proteção, de tratamento e evacuação médica, da necessidade de informações e, sobretudo, de militares bem formados, treinados e motivados, de elevada prontidão, bem enquadrados e exemplarmente liderados.

São forças militares organizadas, equipadas e treinadas com critérios exatamente iguais aos aplicáveis a conflitos de alta intensidade. O seu emprego nos diferentes teatros de operações em África e na Europa permite identificar lições, melhorar a sua eficácia e garantir a flexibilidade e a adaptabilidade das forças, mantendo-as aptas para atuar em diferentes cenários de conflito.

Termino com uma referência à minha experiência pessoal, primeiro como comandante da Missão Militar da União Europeia na República Centro Africana e nos últimos anos no Comando Militar da União Europeia responsável por estas missões na Somália, Mali, Níger, República Centro Africana e recentemente em Moçambique.

Tenho observado o desempenho das nossas forças no terreno, em ambientes de segurança complexos e exigentes, mesmo durante a pandemia.

São forças bem preparadas, fiáveis, com liderança militar esclarecida, confiante e aceite. Compreendem bem o ambiente cultural, social e de segurança em que se inserem. Atuam com determinação, rigor e eficácia no cumprimento da missão. São admiradas e respeitadas pelas autoridades locais, pelas populações, pelos comandos internacionais em que se inserem e até pelas partes beligerantes.

Este desempenho, naturalmente elogiado nas capitais dos países onde operam, assim como em Bruxelas e Nova York pode muito bem caracterizar-se como “o modo português de fazer operações de paz”.

Os nossos combatentes são indubitavelmente “titulares de Reconhecimento da Nação” como bem descrito no nosso Cartão de Antigo Combatente. Diria mais, são cidadãos titulares do reconhecimento da Humanidade.

Obrigado, Combatentes, por serem o orgulho de Portugal.

Lisboa, 29 de Maio de 2022

Hermínio Maio, MGen